Introdução

A agropecuária envolve as atividades humanas destinadas ao cultivo da terra (agricultura) e à criação de animais (pecuária). Abrange não só a produção de alimentos destinados ao consumo humano, mas também a alimentação de animais e a produção de matérias-primas industriais, como as voltadas à produção de energia, de celulose, têxtil e de borracha.

A agropecuária destaca-se por ser um dos setores mais dinâmicos da economia brasileira. Além de atender à demanda doméstica por alimentos e matérias-primas industriais, o setor é o grande responsável por equilibrar as contas externas do país: em 2013, o agronegócio exportou quase US$ 100 bilhões, gerando um superávit comercial de quase US$ 82 bilhões.

Dadas as perspectivas de aumento das demandas interna e externa, o setor deve continuar investindo tanto em aumento da capacidade produtiva e de armazenagem quanto em ganho de produtividade.

1. Agropecuária

A principal força das empresas agropecuárias brasileiras é o custo de produção mais baixo em relação aos concorrentes estrangeiros, em razão do clima favorável, da ampla disponibilidade de terras cultiváveis e da existência de instituições de pesquisa agropecuárias renomadas, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). A principal fraqueza é a infraestrutura logística deficiente,que impede, em muitos casos, o aumento da produção, por falta de capacidade de escoamento e armazenagem.

A agropecuária compreende, basicamente, firmas intensivas em escala que competem por custos e vendem produtos padronizados (commodities). O principal fator de competitividade do setor está ligado, portanto, aos já mencionados recursos naturais disponíveis e à tecnologia empregada nas propriedades rurais.

Atualmente, a tendência de maior impacto no setor é o aumento do uso da transgenia, melhoramento genético não convencional que permite a transmissão dos genes desejados entre espécies diferentes. A continuidade do uso e a difusão da transgenia em produtos destinados ao consumo humano, por outro lado, representam a grande dúvida tecnológica para os próximos anos. Por ser relativamente recent, a transgenia ainda gera desconfiança em relação à sua segurança ambiental e alimentar, sendo seu plantio e/ou comercialização restritos em vários países. Entretanto, sua maior difusão pode permitir reduzir consideravelmente os custos de produção na agroindústria e ampliar a disponibilidade mundial de alimentos.

* 1. Desafios

O principal gargalo/obstáculo à ampliação dos investimentos do setor é a infraestrutura logística deficiente. A falta de armazéns para estocar as crescentes safras agrícolas, bem como de rodovias, ferrovias e portos adequados ao escoamento dessas safras, encarece demasiadamente o custo dos fretes e inviabiliza economicamente a produção em determinadas regiões do país.

O principal investimento do setor é a aquisição de terras, ao lado da abertura e do preparo de áreas para exploração econômica. Além da terra, os principais investimentos diretos são em infraestrutura nas propriedades (estradas internas, pontes, armazéns, galpões etc.) e maquinário. Dessa forma, a capacidade de produção está diretamente vinculada à área disponível de exploração.

No entanto, é muito difícil aplicar a metodologia da utilização da capacidade instalada na agropecuária, devido aos múltiplos usos possíveis da terra, tanto na agricultura (temporária ou permanente) quanto na pecuária. Além disso, a capacidade produtiva da terra varia de acordo com o nível de tecnologia utilizada (qualidade da genética vegetal ou animal, técnicas de manejo, maquinário), a ação do clima e a ocorrência ou não de pragas e doenças na região de produção.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2012 o Brasil possuía 69 milhões de hectares (ha) de área plantada (cerca de 90% temporárias) e cerca de 150 milhões de ha de pastagens. Entre as culturas, as mais importantes são as de soja (25 milhões de ha), de milho (15 milhões de ha) e de cana-de-açúcar (9,8 milhões de ha), representando cerca de 79% das áreas cultivadas no Brasil naquele ano. Cada hectare cultivado com cana rendeu, em média, 73,9 toneladas; em milho, 4,7 toneladas; e em soja, 2,6 toneladas

1.1.1. Pastagens

As pastagens abrigavam, em 2012, mais de 212 milhões de cabeças de gado bovino e bubalino, bem como 26 milhões de ovinos e caprinos e mais de 7 milhões de equinos, asininos e muares. Além disso, a pecuária inclui os rebanhos de aves (mais de 1,2 bilhão de animais) e suínos (quase 39 milhões), que, por serem criados de forma intensiva, ocupam pequenas áreas em relação a seu efetivo.

A agropecuária utiliza um grau muito elevado de conteúdo nacional em seus investimentos. Os tratores, as máquinas e os implementos agropecuários adquiridos são praticamente todos fabricados no país, apoiados pela FINAME.

O principal item importado, material genético empregado no plantio de culturas permanentes e na produção de matrizes animais, representa uma fração pequena desses investimentos, já que os produtores rurais adquirem, na verdade, material genético multiplicado no Brasil, constituindo a parte importada apenas parte de seu valor final.

2. Fatores estruturais

A importância do setor como mobilizador de outras atividades é muito grande, tanto para frente como para trás, sendo criado até o termo agribusiness (agronegócio) para descrever essa importância. Em 2012, o agronegócio foi responsável por 22,5% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro.

O agronegócio brasileiro compreende atividades econômicas ligadas, basicamente, ao fornecimento de insumos, máquinas e equipamentos para a agropecuária, à produção agropecuária propriamente dita, à agroindústria (industrialização dos produtos primários), à indústria de processamento secundário, ao transporte e à comercialização dos produtos primEm razão de leis restritivas, quase todas as propriedades rurais pertencem a brasileiros ou a empresas controladas por brasileiros. Há presença considerável de empresas estrangeiras especializadas no fornecimento de insumos, máquinas e equipamentos à agropecuária, bem como na exportação de produtos agrícolas (tradings). Na agroindústria e na indústria de processamento secundário, há fortes empresas estrangeiras e nacionais.

Em relação às importações, o setor destaca-se pela dependência dos fertilizantes importados, cujo montante, em 2013, atingiu US$ 8,9 bilhões. As importações responderam por cerca de 70% da demanda nacional.

Os fornecedores de bens de capital para a agropecuária são principalmente os fabricantes de tratores e implementos agrícolas, praticamente todos estabelecidos no Brasil, chegando a exportar daqui parte de sua produção. Dentre elas, destacam-se as norte-americanas AGCO e John Deere e a italiana CNH.

O principal desafio ao maior adensamento da cadeia produtiva agropecuária está ligado à estrutura tributária brasileira. Enquanto o produto primário pode ser exportado praticamente sem impostos desde a Lei Kandir, os exportadores de industrializadosários e processados.

2.1. Setores

O setor é profundamente afetado pela conjuntura internacional, por envolver a produção de commodities que são comercializadas internacionalmente. Os preços praticados no mercado interno seguem, em maior ou menor grau, os internacionais, com algumas diferenças provocadas pelo custo do frete (no caso de produtos exportados) e de tarifas de importação (no caso de produtos como leite, trigo e arroz).

Assim, o crescimento maior da economia mundial tende a afetar positivamente a agropecuária, aumentando não só a demanda pelas commodities, mas também seus preços.

As importações de produtos agropecuários desempenham o importante papel de complementar a produção nacional no atendimento da demanda doméstica, especialmente nos períodos de entressafra. Além disso, os preços internacionais funcionam como importantes balizadores dos preços de praticamente toda a produção nacional.

Na participação de mercado, destacam-se as importações dos segmentos de trigo e de lácteos: em 2013, o déficit comercial foi de US$ 2,1 bilhões em trigo e de US$ 491 milhões em lácteos [Brasil – AliceWeb (2014)]. Desde 2005, a participação do trigo importado oscila, dependendo da safra, entre 55% a 75% da oferta doméstica [Abitrigo (2014)]. Os vizinhos Argentina e Uruguai são os principais fornecedores, em função da isenção de tarifas por causa do Mercosul.

Em lácteos, como o custo médio de produção de leite no país é alto, o Brasil costuma importar cerca de 5% de seu consumo de leite em produtos lácteos, principalmente do Uruguai e da Argentina, também por causa do Mercosul. Esse volume só não é maior porque o Brasil estabeleceu, para as importações vindas da Argentina, uma cota que limita a entrada em 3,6 mil toneladas de lácteos por mês, visando evitar uma invasão do leite mais competitivo produzido naquele país. Entretanto, em momentos em que houve conjuntura internacional de preços altos (2007-2008), o Brasil chegou a ser exportador líquido de lácteos.

O setor é muito dependente das políticas governamentais, tanto em termos tributários quanto em políticas públicas. Dentre as políticas públicas, destacam-se a oferta de crédito rural favorecido para custeio, investimento e comercialização das safras, a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e as políticas de proteção à produção familiar.

Anualmente, o governo federal divulga o crédito que será disponibilizado ao setor através do Plano Safra, que, na versão 2014-2015, prevê desembolsos de até R$ 156 bilhões.

2.2. Produtores apoiados

Em nível federal, além do citado PGPM, os produtores rurais são apoiados, principalmente, pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), que estimulam a aquisição, pelos entes governamentais, da produção oriunda da agricultura familiar. Entre os programas governamentais de crédito, o mais importante para os produtores rurais é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

O agronegócio brasileiro compreende atividades econômicas ligadas, basicamente, ao fornecimento de insumos, máquinas e equipamentos para a agropecuária, à produção agropecuária propriamente dita, à agroindústria (industrialização dos produtos primários), à indústria de processamento secundário, ao transporte e à comercialização dos produtos primEm razão de leis restritivas, quase todas as propriedades rurais pertencem a brasileiros ou a empresas controladas por brasileiros.

Há presença considerável de empresas estrangeiras especializadas no fornecimento de insumos, máquinas e equipamentos à agropecuária, bem como na exportação de produtos agrícolas (tradings). Na agroindústria e na indústria de processamento secundário, há fortes empresas estrangeiras e nacionais.

Em relação às importações, o setor destaca-se pela dependência dos fertilizantes importados, cujo montante, em 2013, atingiu US$ 8,9 bilhões. As importações responderam por cerca de 70% da demanda nacional.

Os fornecedores de bens de capital para a agropecuária são principalmente os fabricantes de tratores e implementos agrícolas, praticamente todos estabelecidos no Brasil, chegando a exportar daqui parte de sua produção. Dentre elas, destacam-se as norte-americanas AGCO e John Deere e a italiana CNH.

2.2.1. A tendência de maior impacto no setor

Atualmente, a tendência de maior impacto no setor é o aumento do uso da transgenia, melhoramento genético não convencional que permite a transmissão dos genes desejados entre espécies diferentes.

A continuidade do uso e a difusão da transgenia em produtos destinados ao consumo humano, por outro lado, representam a grande dúvida tecnológica para os próximos anos.

Por ser relativamente recente, a transgenia ainda gera desconfiança em relação à sua segurança ambiental e alimentar, sendo seu plantio e/ou comercialização restritos em vários países. Entretanto, sua maior difusão pode permitir reduzir consideravelmente os custos de produção na agroindústria e ampliar a disponibilidade mundial de alimentos.

O setor é muito dependente das políticas governamentais, tanto em termos tributários quanto em políticas públicas. Dentre as políticas públicas, destacam-se a oferta de crédito rural favorecido para custeio, investimento e comercialização das safras, a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e as políticas de proteção à produção familiar.

Anualmente, o governo federal divulga o crédito que será disponibilizado ao setor através do Plano Safra, que, na versão 2014-2015, prevê desembolsos de até R$ 156 bilhões.

Em nível federal, além do citado PGPM, os produtores rurais são apoiados, principalmente, pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), que estimulam a aquisição, pelos entes governamentais, da produção oriunda da agricultura familiar. Entre os programas governamentais de crédito, o mais importante para os produtores rurais é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

2.2.2. Políticas públicas

O setor é muito dependente das políticas governamentais, tanto em termos tributários quanto em políticas públicas. Dentre as políticas públicas, destacam-se a oferta de crédito rural favorecido para custeio, investimento e comercialização das safras, a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e as políticas de proteção à produção familiar.

Anualmente, o governo federal divulga o crédito que será disponibilizado ao setor através do Plano Safra, que, na versão 2014-2015, prevê desembolsos de até R$ 156 bilhões.

As importações de produtos agropecuários desempenham o importante papel de complementar a produção nacional no atendimento da demanda doméstica, especialmente nos períodos de entressafra. Além disso, os preços internacionais funcionam como importantes balizadores dos preços de praticamente toda a produção nacional.

Na participação de mercado, destacam-se as importações dos segmentos de trigo e de lácteos: em 2013, o déficit comercial foi de US$ 2,1 bilhões em trigo e de US$ 491 milhões em lácteos [Brasil – AliceWeb (2014)]. Desde 2005, a participação do trigo importado oscila, dependendo da safra, entre 55% a 75% da oferta doméstica [Abitrigo (2014)]. Os vizinhos Argentina e Uruguai são os principais fornecedores, em função da isenção de tarifas por causa do Mercosul.

2.3. Custos de produção

A principal força das empresas agropecuárias brasileiras é o custo de produção mais baixo em relação aos concorrentes estrangeiros, em razão do clima favorável, da ampla disponibilidade de terras cultiváveis e da existência de instituições de pesquisa agropecuárias renomadas, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

A principal fraqueza é a infraestrutura logística deficiente, que impede, em muitos casos, o aumento da produção, por falta de capacidade de escoamento e armazenagem.

A agropecuária compreende, basicamente, firmas intensivas em escala que competem por custos e vendem produtos padronizados (commodities). O principal fator de competitividade do setor está ligado, portanto, aos já mencionados recursos naturais disponíveis e à tecnologia empregada nas propriedades rurais.

Em lácteos, como o custo médio de produção de leite no país é alto, o Brasil costuma importar cerca de 5% de seu consumo de leite em produtos lácteos, principalmente do Uruguai e da Argentina, também por causa do Mercosul. Esse volume só não é maior porque o Brasil estabeleceu, para as importações vindas da Argentina, uma cota que limita a entrada em 3,6 mil toneladas de lácteos por mês, visando evitar uma invasão do leite mais competitivo produzido naquele país. Entretanto, em momentos em que houve conjuntura internacional de preços altos (2007-2008), o Brasil chegou a ser exportador líquido de lácteos.

O setor é muito dependente das políticas governamentais, tanto em termos tributários quanto em políticas públicas. Dentre as políticas públicas, destacam-se a oferta de crédito rural favorecido para custeio, investimento e comercialização das safras, a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e as políticas de proteção à produção familiar.

2.4. Importações

As importações de produtos agropecuários desempenham o importante papel de complementar a produção nacional no atendimento da demanda doméstica, especialmente nos períodos de entressafra. Além disso, os preços internacionais funcionam como importantes balizadores dos preços de praticamente toda a produção nacional.

Na participação de mercado, destacam-se as importações dos segmentos de trigo e de lácteos: em 2013, o déficit comercial foi de US$ 2,1 bilhões em trigo e de US$ 491 milhões em lácteos [Brasil – AliceWeb (2014)]. Desde 2005, a participação do trigo importado oscila, dependendo da safra, entre 55% a 75% da oferta doméstica [Abitrigo (2014)]. Os vizinhos Argentina e Uruguai são os principais fornecedores, em função da isenção de tarifas por causa do Mercosul.

Em lácteos, como o custo médio de produção de leite no país é alto, o Brasil costuma importar cerca de 5% de seu consumo de leite em produtos lácteos, principalmente do Uruguai e da Argentina, também por causa do Mercosul.

Esse volume só não é maior porque o Brasil estabeleceu, para as importações vindas da Argentina, uma cota que limita a entrada em 3,6 mil toneladas de lácteos por mês, visando evitar uma invasão do leite mais competitivo produzido naquele país. Entretanto, em momentos em que houve conjuntura internacional de preços altos (2007-2008), o Brasil chegou a ser exportador líquido de lácteos.

Anualmente, o governo federal divulga o crédito que será disponibilizado ao setor através do Plano Safra, que, na versão 2014-2015, prevê desembolsos de até R$ 156 bilhões.

As importações de produtos agropecuários desempenham o importante papel de complementar a produção nacional no atendimento da demanda doméstica, especialmente nos períodos de entressafra. Além disso, os preços internacionais funcionam como importantes balizadores dos preços de praticamente toda a produção nacional.

3. Tendências Tecnológicas

A tecnologia genérica mais relevante na agropecuária é a biotecnologia, usada não só para o melhoramento genético vegetal e animal, mas também para o desenvolvimento de produtos veterinários, defensivos agrícolas e fertilizantes organominerais.

O melhoramento genético busca aumentar a eficiência produtiva de animais e vegetais, através da seleção e da disseminação das características de interesse econômico nesses organismos. Entre as características selecionadas mais comuns, estão a maior produtividade sob determinadas condições edafoclimáticas e a maior resistência a pragas e doenças. A transgenia, melhoramento genético não convencional que permite a transmissão dos genes desejados entre espécies diferentes, tem-se desenvolvido muito nos últimos anos, atualmente gerando grande impacto nas pesquisas agropecuárias.

Quanto ao papel do Brasil nessa tecnologia, há condições de liderança no melhoramento genético de alguns animais e vegetais, atuando como seguidor em outros casos. A Embrapa é forte referência no setor, sendo internacionalmente reconhecida pela qualidade de suas pesquisas. Dos 32 eventos transgênicos registrados no Brasil no início de 2014, a Embrapa detém um evento sozinha (do feijão) e divide outro com uma empresa estrangeira. Todos os demais são registrados por multinacionais.

3.1. Culturas

A cultura da cana só era viável em grandes plantações. Assim, por causa das circunstâncias, o tipo de exploração agrária adotada no Brasil foi o da monocultura em grandes propriedades com trabalho escravo, inicialmente indígena e posteriormente africano. De forma geral, a agricultura tropical se desenvolveu com a finalidade de produzir algumas poucas culturas de grande valor comercial.

A cana-de-açúcar foi o primeiro ciclo econômico brasileiro calcado na agricultura. No decorrer de um século e meio representou o principal alicerce econômico do Brasil. O País deteve o monopólio da produção mundial de açúcar até meados do século XVII, quando passou a ter a concorrência das colônias holandesas após a expulsão delas de Pernambuco em 1654. Em seguida, ingleses e franceses também passaram a produzir açúcar em suas colônias. No início do século XVIII, o Haiti, colônia francesa no Caribe, passou a ser o maior produtor mundial.

No auge do ciclo do açúcar começou o cultivo do tabaco (fumo) como produto de exportação. Segundo Prado Júnior (1990), de origem indígena, o tabaco apresentou uma aceitação crescente na Europa e foi uma importante moeda de troca por escravos africanos. Em decorrência da importância do seu escambo por mão de obra escrava, posteriormente a produção do tabaco entrou em crise com o fim do tráfico negreiro no século XIX.

3.1.1. Açúcar e tabaco

Concomitantemente à produção de açúcar e tabaco, num segundo plano, surgiram atividades acessórias com o objetivo de garantir a subsistência da população empregada nas principais culturas exportadoras. Tais atividades de subsistência foram constituídas em diversas formas de organização.

Prado Júnior (1990) distingue dois nichos da economia de subsistência, uma oriunda dos próprios domínios da grande lavoura e dos engenhos para alimentar a própria mão de obra e outra focada no abastecimento dos aglomerados urbanos ainda incipientes. Surgiu, assim, um tipo de exploração rural diferente das grandes lavouras e que era composto por pequenas unidades onde a própria família proprietária trabalhava a terra, com o emprego do trabalho escravo ocorrendo de forma limitada.

Culturas agrícolas indígenas como mandioca e milho eram dois dos principais produtos dessa economia de subsistência. Enquanto o referido tubérculo era a base da alimentação humana da colônia, o milho era valorizado pela excelente forragem animal.

Na esteira da agricultura de subsistência, ocorreu o desenvolvimento do setor pecuário, também importante como fornecedor de alimentos. Outro fato é que, a despeito do papel secundário da pecuária na economia colonial, o setor foi fundamental no início do povoamento do interior brasileiro. Como as terras litorâneas eram voltadas para a produção de açúcar, que era a principal atividade econômica, a pecuária foi relegada ao interior.

No Nordeste, a pecuária se desenvolveu no sertão, para abastecer o litoral nordestino do Maranhão à Bahia. No Sul do País, a pecuária apresentou uma dinâmica distinta. Albuquerque (1977) observa que apesar de a pecuária na Região Sul se desenvolver de forma mais autônoma do que a do Nordeste, ela foi incapaz de gerar um processo contínuo de crescimento.

Após algumas décadas de decadência do açúcar, foram feitas as primeiras grandes descobertas de jazidas de ouro no início do século XVIII, iniciando o chamado ciclo da mineração. Em três quartos de século, a mineração (ouro e diamante) se tornou a nova força motriz da economia brasileira, atingindo o apogeu em 1760 e apresentando rápido declínio posterior.

3.1.2. Ciclos econômicos

Após a frustração inicial de não encontrar algo proveitoso como as sonhadas especiarias, que haviam motivado a expedição do descobrimento, ou mesmo metais preciosos, os portugueses encontraram na árvore do pau-brasil uma justificativa para o aproveitamento das novas terras. Com isso, durante o período que se convencionou chamar de Brasil pré-colonial, entre 1500 e 1530, a economia em formação consistia basicamente na exploração do pau-brasil, que posteriormente também daria a sua contribuição para a perpetuação do nome do País.

Com a decadência da exploração do pau-brasil após algumas décadas e o comércio com o Oriente sendo a menina dos olhos dos portugueses, houve baixo interesse pelo Brasil, surgindo a necessidade de povoar as novas terras para garantir a posse delas.

A Coroa portuguesa então precisou delegar a tarefa de colonização e exploração. É com esse intento que foram criadas as chamadas capitanias. Neste esquema de administração territorial, os donatários eram a autoridade máxima nas suas capitanias, embora não fossem os proprietários, e teriam que desenvolver as colônias com recursos próprios, captados principalmente com banqueiros.

3.2. Ciclo da mineração

A Revolução Industrial na Inglaterra transformou o algodão na economia mundial. Nativo da América e até então o “primo pobre” do linho e da lã no setor têxtil, o progresso técnico elevou o algodão à condição de principal matéria-prima da indústria. Aproveitando a imensa quantidade de terras disponíveis, o Brasil pegou o seu quinhão inicial do comércio algodoeiro em ascensão.

O algodão foi produzido do norte ao sul e de leste ao oeste do País. Segundo Prado Júnior (1990), o Brasil foi atingido em cheio pelo boom internacional do algodão, mas de forma passageira. A derrubada dos preços do algodão no início do século XIX, pelo aumento da produção norte-americana, somada ao fato de que o país não acompanhou o aperfeiçoamento técnico do setor, fez a participação brasileira no mercado internacional diminuir.

O ciclo do algodão, apesar de efêmero, ajudou o País a “esquecer” a mineração. A partir do algodão, os esforços e recursos da colônia voltaram a se direcionar para a atividade agrícola.

No renascimento agrícola no final do século XVIII, o açúcar também voltou a prosperar, após um século de decadência. Não apenas antigas regiões produtoras como Bahia e Pernambuco se beneficiaram do novo surto do açúcar, mas também São Paulo e Rio de Janeiro.

Contudo, no início do século XIX, passou a despontar uma cultura que eclipsaria todas as outras, e que viria a se tornar a principal atividade econômica do País por mais de 150 anos, o século XIX e primeira metade do século XX. Essa cultura foi o café. De origem africana, as primeiras mudas e sementes do café chegaram ao Brasil pela Guiana Francesa.

Segundo Taunay (1939), o Sargento-Mor1 Francisco de Mello Palheta foi enviado à capital da Guiana Francesa a pedido do governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará, com a missão de trazer o café para o Brasil, que já possuía grande valor no comércio internacional. Bem-sucedido, Palheta voltou ao Brasil em maio de 1727 com pouco mais de 30 sementes e 5 mudas de café.

3.3. Mercados internacionais

Apesar da crescente importância do café nos mercados internacionais no século XVIII, o Brasil entrou tarde na lista de grandes produtores. Nas primeiras décadas do café no Brasil, as atenções ainda estavam voltadas para a mineração e, posteriormente, ainda foi preterido a favor do algodão e do açúcar.

O café precisaria esperar a sua vez, e alguns fatores contribuíram para isso. No final do século XVIII, o Haiti era o maior exportador mundial de café, mas em razão da guerra de independência com a França, a produção cafeeira entrou em crise. Adicionalmente, após as colônias inglesas na América do Norte se separarem da metrópole, elas adotaram uma política independente dos interesses europeus. Como tais colônias eram grandes consumidoras de café, e pela preferência por comercializar com nações livres da dominação britânica, o Brasil foi beneficiado (Prado Júnior, 1990).

No decorrer do século XIX, o café tornou-se o principal produto da pauta de exportações brasileira, sendo os Estados Unidos um dos nossos principais mercados consumidores. A Tabela 2.1 apresenta a participação relativa decenal dos oito principais produtos da pauta de exportações.

Pode-se observar a crescente participação do café que, em meados do século, já representava 50% das exportações.

Embora o café tenha entrado no norte do País, foi no sul que a cultura tomou forma e relevância. Nas primeiras décadas do século XIX os cafezais espalharam-se pelo Vale do Paraíba, inicialmente abarcando a parte fluminense e, posteriormente, alcançando a parte paulista e o sul de Minas Gerais.

Em meados do referido século, os cafezais já ocupavam as antigas áreas da cana-de-açúcar e algodão e também passaram a ocupar o Oeste de São Paulo. A ascensão do café encontra precedente somente no primeiro ciclo do açúcar, antes da expulsão dos holandeses de Pernambuco, quando o Brasil dominava a produção mundial. Pode-se visualizar o crescimento acentuado da produção de café no Brasil. A produção de 100 mil sacas de 60 kg de café em 1820 saltou para 13,85 milhões de sacas em 1900, um aumento de 14.205%.

4. Industrialização agrícola

O Brasil iniciou o século XX vindo de grandes mudanças internas (sociais e políticas), como a abolição da escravatura em 1888 e a proclamação da República em 1989. A abolição mudaria para sempre o mercado de trabalho no Brasil e também viabilizou o fluxo imigratório para suprir a escassez de mão de obra, sendo então fundamental para a modernização do País.

A instauração de uma república presidencialista, em substituição à monarquia constitucional parlamentarista, foi um passo em direção à democracia, que descortinou a imaturidade política de um País ainda em formação e em busca de uma identidade nacional. As frequentes crises políticas e os golpes de Estado ocorridos ao longo do século corroboram isso.

Os eventos de modificação ocorridos no final do século XIX começaram um processo de transformação que alteraria as feições do País nos 100 anos seguintes. A urbanização e a industrialização estiveram na vanguarda das mudanças, pois a população deixou de ser predominantemente rural.

Nas primeiras décadas da história republicana, denominada Primeira República Brasileira (também conhecida como República Velha) e contemplando o período de 1889 a 1930, o café ainda ditava as regras na economia nacional. Neste período, o Governo Brasileiro foi dividido entre as influentes oligarquias de São Paulo e Minas Gerais, o que se convencionou chamar de política do café-com-leite.

4.1. A perda do protagonismo no café

Em decorrência da influência da oligarquia cafeeira de São Paulo, o café continuou sendo a principal atividade econômica do Brasil nas primeiras décadas do século XX. Aproveitando-se do poder quase monopolístico da oferta mundial (respondendo por 81,8% da produção em 1906, Figura 2.4), o governo do Brasil passou a controlar a oferta para a manutenção dos preços e rentabilidade do setor.

Após o apogeu na primeira metade do século, o café nunca deixou de ser importante, mas perdeu importância relativa no mercado internacional frente a outros produtores, e internamente, com indústria nascente e mercados agropecuários emergentes.

No Convênio de Taubaté, realizado em fevereiro de 1906, definiram-se as bases do que passaram a ser conhecidas como “Política de Valorização do Café”. Tal política consistia basicamente na intervenção do mercado pelo governo para a compra de excedentes e no equilíbrio de oferta e procura do café.

As aquisições seriam financiadas por empréstimos estrangeiros, cujo serviço da dívida seria pago com novo imposto sobre as exportações. Além disso, os estados produtores comprometeram-se a desencorajar a expansão da produção. Por causa do sucesso da política de valorização, a atratividade do setor continuou alta, logo os investimentos e a produção continuaram aumentando.

Visualiza-se que a oferta continuou aumentando, mesmo que oscilante, até a década de 1930, quando novos fatos tiveram efeitos permanentes sobre o País. Em 1930, com a instauração do regime ditatorial de Getúlio Vargas, o Estado Novo, acabou com o arranjo político da República Velha, mas o café não só continuou forte como foi importante para superar a crise mundial nos anos seguintes.

O mecanismo de defesa do café dependia dos financiamentos externos e das exportações para a sua manutenção, contudo com a crise de 1929 nos Estados Unidos (EUA), que afetou o mundo todo, o crédito cessou.

4.1.1. Financiamento das compras

A política de defesa do café precisou adequar-se à nova situação. O financiamento das compras do café passou a ser doméstico, Governo, ao invés de estrangeiro. Enquanto antes a aquisição de café servia para a formação de estoques invendáveis, na década de 1930, o destino passou a ser a destruição. Essa política de defesa do setor cafeeiro, aparentemente irracional, contribuiu para a manutenção do emprego em diversos setores da economia, assim como para a sustentação da renda.

A crise na década de 1930 produziu grandes restrições nas importações, com a queda da renda das exportações. Esse estrangulamento externo criou condições para que muitos produtos industrializados importados pudessem ser produzidos internamente. Segundo Furtado (2000), nesse momento ocorreu um deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira, antes voltado para a exportação de produtos primários, focado agora na produção para o mercado interno.

4.2. Industrialização e urbanização

Economistas vinculados à Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) 2 desenvolveram a tese de que as crises do setor agroexportador foram responsáveis pela industrialização dos países latino-americanos (Fonseca, 2003). A substituição das importações pela produção interna ditou a dinâmica da economia brasileira até o final da década de 1970.

Independentemente das razões e das teorias da industrialização brasileira, a partir do Estado Novo, passando pelos governos democráticos pós-1945 até a ditadura militar, foram realizadas políticas que estimularam o Brasil a se industrializar. A industrialização e o subsequente êxodo rural da população em busca de trabalho nos centros urbanos transformaram o País, que deixou de ser predominantemente rural nas décadas seguintes após a crise de 1929.

A Tabela 2.2 nos dá uma dimensão desse processo. Em 1940, 31,24% dos brasileiros viviam no meio urbano, enquanto, no Censo 2000, esse percentual subiu para 81,23%. Na Região Sudeste, na virada do século, o percentual já superava os 90%. A Centro-Oeste, a grande fronteira agrícola das últimas décadas, foi a que apresentou o maior avanço da urbanização. Apenas 21,52% dos habitantes da região viviam em cidades no início da década de 1940, a menor taxa do Brasil.

Por outro lado, em 2000, o percentual de 86,73% de taxa de urbanização só foi inferior ao da Sudeste. Isso é um indicativo da forma de ocupação da terra nos cerrados da Região Centro-Oeste, centrada em propriedades, na média, maiores que nas demais regiões do País.

Se por um lado com a industrialização a agricultura deixou de ser a grande geradora de riqueza do País, por outro induziu a modernização dela, principalmente com a mecanização, viabilizando o aumento acentuado da produção a partir da segunda metade do século XX. Na década de 1950, o Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek (JK) acelerou ainda mais as transformações.

A conjuntura econômica do País, somada ao aumento do fluxo do comércio internacional, levou a uma explosão de importação de máquinas e implementos, e equipamentos impulsionaram ainda mais a industrialização. Foi neste contexto que a indústria automobilística foi implantada no Brasil, tornando-se uma das grandes marcas do governo JK.

4.3. Máquinas agrícolas

Na esteira da indústria automobilística, chegou ao País a indústria de máquinas agrícolas. Segundo Amato Neto (1985), a instalação da indústria de tratores no Brasil ocorreu em 1959, quando foi instituído o Plano Nacional da Indústria de Tratores de Rodas. Até 1960, praticamente todos os tratores em atividade no País eram importados porque as primeiras unidades só foram produzidas nesse ano.

A produção doméstica de tratores possibilitou a ampliação da mecanização da agricultura brasileira. Até a década de 1960, além das dificuldades de importação, muito mais restritiva e complexa que nos dias atuais, a manutenção era um problema grande, em razão da falta de peças e de assistência técnica. A Figura 2.5 apresenta a evolução dos tratores nos estabelecimentos agrícolas no Brasil.

O estímulo à importação de máquinas na década de 1950 proporcionou um aumento do número de tratores. Entretanto, foi com a produção doméstica que a quantidade cresceu substancialmente. Na década de 1960, a quantidade de tratores aumentou 104.525 unidades. Na década seguinte, observamos um acréscimo recorde de 379.335 tratores, durante o milagre e o II Plano Nacional de Desenvolvimento.

Em 2006, já havia no País 820 mil tratores trabalhando nas lavouras brasileiras. Cabe ressaltar que esses números ainda subestimam a evolução da mecanização da agricultura brasileira, pois não incluem os números de plantadeiras, colheitadeiras, pulverizadores, etc.

4.3.1. Um novo ciclo da cana-de-açúcar

Voltando à agricultura, a importância da cana-de-açúcar remonta aos primórdios da história econômica brasileira como a primeira grande atividade agrícola. Apesar das idas e vindas da cana-de-açúcar com ciclos de crescimento periódicos, mas irregulares, ela nunca deixou de ser uma atividade importante para o Brasil.

A modernização agrícola do século XX teve um grande impacto sobre a cultura, mas foi com a utilização da cana para outra finalidade além do açúcar, para produzir combustível, que a produção atingiu novos patamares. Leite e Cortez (2007) argumentam que a utilização da cana-de-açúcar para produzir combustível deveu-se à necessidade de diminuir as crises do setor açucareiro e reduzir a dependência do petróleo. Antes da criação da Petrobras, em 1953, e também nos primeiros anos de atuação desta, o Brasil era completamente dependente do petróleo importado.

A primeira experiência brasileira com etanol combustível ocorreu em 1925, segundo Leite e Cortez (2007). Logo depois, em 1933, o Governo criou o Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA). Posteriormente, o Decreto-Lei nº 737 de 3 de setembro de 1938, tornaria obrigatória a mistura de álcool anidro à gasolina produzida no País, o que criou uma reserva de mercado para a cana em um dos setores de maior crescimento da economia. A despeito dos estímulos iniciais à produção de etanol, o grande impulso viria apenas na década de 1970.

Em meados dos anos 70, o Brasil ainda era muito dependente do petróleo importado, representando aproximadamente 80% do consumo interno e respondendo por quase 50% das importações na balança comercial. Empurrado pela crise internacional do petróleo, em 1973, o Governo criou o Programa Nacional do Álcool pelo decreto nº 76.593 de 14 de novembro de 1975, popularmente conhecido como Proálcool (Brasil, 1975).

4.4. Proálcool

Com o Proálcool, o governo tinha basicamente três metas para alcançar: I) garantir o abastecimento de combustível do País; II) substituir a gasolina por um combustível renovável; e III) desenvolver tecnologicamente a indústria da cana e do álcool. Holanda (2004, p. 15) observa que, “entre erros e acertos, esse programa apresentou um saldo positivo, pois as metas, apesar de muito ambiciosas, foram atingidas e superadas, demonstrando, sobretudo, a potencialidade brasileira na produção de biomassa para a geração de energia”. A Figura 2.6 apresenta a evolução da produção de cana-de-açúcar nos últimos 117 anos.

Os 4,7 milhões de toneladas de cana-de-açúcar de 1900 passaram para o patamar de 700 milhões em anos recentes, segundo dados do Ipeadata. A cana-de-açúcar, que já vinha sendo beneficiada com a instalação da indústria automobilística no Brasil, dada a obrigação de mistura do álcool anidro na gasolina, apresentou um crescimento ainda maior após o Proálcool.

A produção de etanol (anidro e hidratado), que entre 1970-75 ficou na média de 630 mil m3 , aumentou acentuadamente a partir do Proálcool (Figura 2.7). O desenvolvimento da indústria automobilística utilizando o etanol como combustível, e não apenas como aditivo, alçou a produção para novos patamares, beirando a casa dos 30 milhões de metros cúbicos. A produção em 2015 (ano recorde de produção) foi 4.650 % superior à média da primeira metade da década de 1970.